



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 – CENTRO/SP - CEP: 01045-903
FONE: 2075-4500

PROCESSO	CEESP-PRC-2022/00222		
INTERESSADA	Universidade de Taubaté - UNITAU		
ASSUNTO	Renovação do Reconhecimento do Curso de Direito		
RELATOR	Cons. Cláudio Mansur Salomão		
PARECER CEE	Nº 52/2023	CES "D"	Aprovado em 08/02/2023 Comunicado ao Pleno em 15/02/2023

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

A Reitora da Universidade de Taubaté – UNITAU protocola neste Conselho, Ofício 159/2022, documentos visando à Renovação do Reconhecimento do Curso de Direito, nos termos da Deliberação CEE 171/2019 – fls. 04.

O protocolo realizado em 31/05/2022 obedeceu ao art. 47 da referida Deliberação que prevê nove meses antes término do prazo de vigência do reconhecimento.

Recredenciamento	Parecer CEE 121/2019, Portaria CEE-GP 190/2019, por sete anos
Reitoria	Profª Drª Nara Lúcia Perondi Fortes, mandato de 03/7/2022 a 02/7/2026
Renovação do Reconhecimento	Parecer CEE 39/2019, Portaria CEE-GP 109/2019, publicada em 07/03/2019, por quatro anos. O curso obteve nota 2 no Enade de 2018

O processo foi despachado para Assessoria Técnica verificar se os documentos encaminhados atendiam à Deliberação CEE 171/2019. Após constar o atendimento, o processo foi enviado à CES, que na Reunião do dia 29/6/2022, indicou Comissão de Especialistas composta pelos George Augusto Niaradi e Regina Célia Martinez para elaboração do Relatório circunstanciado sobre o Curso. A indicação da Comissão de Especialistas foi ratificada pela Portaria CEE-GP 313/2022 - fls. 370.

1.2 APRECIÇÃO

A norma em epígrafe, os dados do Relatório Síntese e o Relatório da Comissão de Especialistas, permitem analisar os autos como segue:

Responsável pelo Curso: Rodrigo Ribas Branco Romeiro, Mestre em Ciências Ambientais pela UNITAU, ocupa o cargo de Coordenador do Curso.

Dados Gerais – fls. 06

Horários de Funcionamento	Manhã: das 7h30min às 12h, de segundas as sextas-feiras; Tarde: das 13h às 17h, de segundas as sextas-feiras; Noite: das 18h às 22h, de segundas as sextas-feiras
Duração da hora/aula	50 minutos
Carga horária total do Curso	3.747 horas
Número de vagas oferecidas	Vestibular Verão : Manhã: 120 vagas, por semestre Noturno: 250 vagas Vestibular de Inverno: Noturno: 50 vagas, (previsão)
Tempo para integralização	Mínimo de 10 semestre e máximo 16 semestres 10 máximo de 15 semestres (Deliberação CONSEP 264/2021)

Caracterização da Infraestrutura Física da Instituição reservada para o Curso – fls. 07

Instalação	Quantidade	Capacidade	Observações
Salas de aula	20	80	17 com 80 lugares 03 com 30 lugares
Laboratório de Informática	02	136	



Apoio	01	-	Núcleo de Prática Forense (Coordenação)
	01	500	Escritório de Assistência Jurídica com Atendimento em três turnos
	01	25	Juizado Especial Cível
	01	-	TG (Coordenação)
	01	30	TG (Orientação)
	01		AACC (Coordenação)
	01		Orientação Pedagógica (Coordenação)
Outras	01	320	Auditório
	01	60	Sala de Multimídias

Biblioteca – fls. 07

Tipo de acesso ao acervo	Livre
É específica para o curso	Sim
Total de livros para o curso	Títulos: 4542 Volumes: 16.454
Total de livros digitais da Biblioteca Digital "Minha Biblioteca"	Títulos: 2.910(somente títulos-Área Ciências Jurídicas)
Periódicos	Títulos: 46 Exemplares: 4.580
Videoteca/ Multimídia	1 Sala de Multimídias
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi da Universidade, com acervo estimado e livros impressos estimado em 180.683exemplares, 72.058 exemplares de periódicos 21.846 exemplares de Dissertações, Monografias de Especialização, Teses e Trabalhos de Conclusão de Curso, à disposição dos alunos do curso de Direito para consulta mediante sistema informatizado. O SIBi também dispõe de acervo digital com acesso a mais de 12 mil títulos de e-book nas áreas de Medicina, Engenharias, Ciências Jurídicas, Pedagogia, Administração, Letras e Literatura	

Relação Nominal do Corpo Docente – fls. 08

Docente	Titulação	R.T	Disciplina
ADRIANO JÚNIOR JACINTHO DE OLIVEIRA	Mestre em Direito Internacional e Comparado – USP Graduação em Ciências Sociais e Jurídica	H	Direito Internacional I, II
ALBERTO JOSÉ DE CAMARGO	Mestre em Psicologia Clínica – PUC/SP Graduação em Psicologia	P	Psicologia Aplicada ao Direito
ALESSANDRA ALVISSUS DE MELO SALLES ULTCHAK	Mestre em Ciências Ambientais – UNITAU Graduação em Bacharelado em Direito	P	Laboratório Jurídico I, II Trabalho de Graduação Metodologia e Técnica de Pesquisa Jurídica
ÁLVARO FABIANO TOLEDO SIMÕES	Mestre em Função Social do Direito - Faculdade Autônoma de Direito Graduação em Direito	P	Serviço de Assistência Jurídica I, II, III, IV
ÁLVARO GOMES DOS REIS NETO	Especialista em Direito Administrativo – Univ. Gama Filho Graduação em Direito	P	Serviço de Assistência Jurídica I, II, III, IV
ANDRÉ LUIZ DA SILVA	Doutor em Ciências Sociais- PUC/SP Graduação em Ciências Sociais	P	Antropologia Jurídica Sociologia Jurídica Trabalho de Graduação
ANDREIA FOGAÇA RODRIGUES MARICATO	Doutor em Direito – PUC/SP Graduação em Direito	P	Direito e Sociedade Tributário I Trabalho de Graduação
ANTONIOGILBERTO DE MOURA	Mestre em Engenharia Elétrica - UNICAMP Graduação em Direito	H	Direito Processual V Direito Empresarial I Direito Processual Civil V Trabalho de Graduação
AVELINO ALVES BARBOSA JÚNIOR	Mestre em Direito - Centro Universitário Salesiano São Paulo Graduação em Direito	I	Serviço de Assistência Jurídica I, II, III, IV Trabalho de Graduação
CESAR AUGUSTO EUGENIO	Doutor em Educação - Universidade São Francisco Graduação em Filosofia	I	Filosofia do Direito
COSME DE OLIVEIRA	Mestre em Direito - Centro Universitário Salesiano de Lorena	H	Direito Administrativo I



	Graduação em Direito		
DANIEL ESTEFANO SANTOS	Especialista em Direito Público – UNITAU Graduação em Ciências Jurídicas	P	Direito Penal II, IV, VI, Trabalho de Graduação
DANIEL GOMES DE FREITAS	Especialista em Direito Tributário Internacional - Instituto Internacional de Ciências Sociais Graduação em Direito	P	Direito Tributário I, II, Trabalho de Graduação
EDSON SAMPAIO DA SILVA	Especialista em Processo Civil – FMU Graduação em Direito	H	Direito Constitucional II Trabalho de Graduação
ELAINE CRISTINA RODRIGUES DE MOURA	Mestre em Direito - Centro Universitário Salesiano São Paulo Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais	P	Serviço de Assistência Jurídica I, II, III, IV Trabalho de Graduação
ELIANE FREIRE DE OLIVEIRA	Doutor em Ciências da Comunicação - USP Graduação em Comunicação Social Habilitação em Jornalismo	P	Língua Portuguesa: Leitura e Produção de Textos
ERNANI ASSAGRA MARQUES LUIZ	Mestre em Adolescentes em Conflito com a Lei - Universidade Bandeirante de São Paulo Graduação em Direito	I	Direito Penal VI Direito Processual Penal I, III Serviço de Assistência Jurídica I, II, III, IV Trabalho de Graduação
FABRINA MOREIRA SILVA	Doutor em Filosofia – PUC/SP Graduação em Licenciatura em Filosofia	P	Ética
FATIMA APARECIDA VIEIRA	Mestre em Ciências Ambientais – UNITAU Graduação em Direito	P	Serviço de Assistência Jurídica I, II, III, IV Trabalho de Graduação
FERNANDO GENTIL GIZZI DE ALMEIDA PEDROSO	Mestre em Direito – PUC/SP Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais	I	Direito Civil VI, VIII, III, IX Direito Empresarial I, Trabalho de Graduação
GIOVANA GLEICE GOMES DOS SANTOS GURPILHARES	Mestre em Mestre em Direito – PUC/SP Graduação em Direito	P	Direito Penal II, IV, , Direito Processual Penal I Laboratório Jurídico IV, Trabalho de Graduação
ISABELA DE CASTRO FRANCO MORAIS	Mestre em Direito-Faculdade de Direito do Sul de Minas Graduação em Direito	P	Direito e Sociedade Direitos Humanos Trabalho de Graduação
IVAN DE MOURA NOTARANGELI	Especialista em Direito Penal - Escola Superior do Ministério Público de São Paulo Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais.	P	Direito Penal Direito Processual Penal
JEAN SOLDI ESTEVES	Doutor em Direito – PUC/SP Graduação em Direito	I	Direito Civil
JOSÉ CLÁUDIO ABRAHÃO ROSA	Graduado Direito - UNITAU	H	Direito Civil II, IV, X Direito Empresarial
JOSÉ JOAQUIM DO NASCIMENTO	Mestre em Economia – PUC/SP Graduação em Ciências Políticas – Economia	H	Economia Política
JOSÉ MAURÍCIO CARDOSO DO REGO	Mestre em Educação - Centro Universitário Salesiano São Paulo Graduação em Filosofia	P	Filosofia do Direito
JOSÉ RODRIGO VÁRZEA CURSINO	Mestre em Ciências Ambientais – UNITAU Graduação em Ciências Jurídicas	I	Direitos Humanos Direito Empresarial Econômico História do Direito e Direito Romano Trabalho de Graduação
JÚNIOR ALEXANDRE MOREIRA PINTO	Doutor em Direito Processual Civil– USP Pós-Doutorado	H	Direito Processual Civil I Trabalho de Graduação
LEONARDO MONTEIRO XEXEO	Mestre em Direito- PUC/SP Graduação em Direito	H	Direito Processual Civil VII Trabalho de Graduação
LÚCIA HELENA CÉSAR	Mestre em Ciências Ambientais – UNITAU Graduação em Direito	P	Serviço de Assistência Jurídica I, II, III, IV Trabalho de Graduação
LUCIANA MARIA DA COSTA E SILVA	Mestre em Direito -Universidade Metropolitana de Santo	P	Direitos Difusos e Coletivos Trabalho de Graduação



	Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais		
LUCIO ROBERTO FALCE	Mestre em Direito – PUC/SP Graduação em Direito	P	Direito da Seguridade Social Direito do Trabalho I, III Trabalho de Graduação
LUIZ ARTHUR DE MOURA	Especialista em Direito e Processo do Trabalho – UNITAU Graduação em Direito	I	Direito do Trabalho III Direito Processual do Trabalho
LUIZ GUILHERME PAIVA VIANNA	Mestre em Função Social do Direito - Faculdade Autônoma de Direito Graduação em Direito	I	Direito Processual Coletivo História do Direito e Direito Romano Direito Processual Civil III Serviço de Assistência Jurídica I, II, III, IV Trabalho de Graduação
MARCOS EDWAGNER SALGADO DOS SANTOS	Mestre em Direito – PUC/SP Graduação em Direito	P	Direito Empresarial III Direito Empresarial Econômico Trabalho de Graduação
MARIANO FIORE JÚNIOR	Especialista em Medicina Legal Graduação em Medicina	H	Medicina Forense
MARINILZA ROCHA DE ARAÚJO	Mestre em Linguística Aplicada Graduação em Letras	H	Língua Portuguesa: Leitura e Produção de Textos
MARISA VASCONCELOS	Mestre em Direito das Relações Sociais- PUC?SP Graduação em Tradutor e Intérprete em nível de 2º Grau	H	Direito da Seguridade Social, Trabalho de Graduação
MOACIR JOSÉ DOS SANTOS	Doutor em História - UNESP Graduação em História Licenciatura Pós-Doutorado	I	Economia Política
REMULO MARCIANO DE SOUZA	Especialista em Processual Civil – UNITAU Graduação em Ciências Jurídicas	I	Direito Civil II, IV, VII Direito Empresarial Serviço de Assistência Jurídica I, II, III, IV Trabalho de Graduação
RICARDO MRAD	Mestre em Direito – PUC/SP Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais	P	Direito Tributário II Trabalho de Graduação
ROBSON FLORES PINTO	Mestre em Direito – PUC/SP Graduação em Direito	H	Direito Constitucional II Trabalho de Graduação
RODRIGO RIBAS BRANCO ROMEIRO	Mestre em Ciências Ambientais – UNITAU Graduação em Direito	I	Direito Administrativo I Direito Empresarial I, II Direito Civil II, IV Trabalho de Graduação
ROXANE LOPES DE MELLO DIAS	Doutor em Engenharia Mecânica – UNESP Graduação em Direito	P	Direito e Mercado Ética Aplicada ao Direito Direito e Mercado Orientação Profissional Negociação, Mediação e Arbitragem Laboratório Jurídico II Trabalho de Graduação
RUBIANA ZAMOT CARNEIRO VIANNA	Mestre em Direito - Centro Universitário Salesiano São Paulo Graduação em Ciências Jurídicas	P	Serviço de Assistência Jurídica I, II, III, IV Trabalho de Graduação
SANDRO LUIZ DE OLIVEIRA ROSA	Mestre em Função Social do Direito - Faculdade Autônoma de Direito Graduação em Direito	P	Laboratório Jurídico III, Serviço de Assistência Jurídica I, II, III, IV Trabalho de Graduação
SÉRGIO ALBERTO DE SOUZA FILHO	Especialista em Direito Empresarial Contemporâneo – FMU Graduação em Direito	P	Serviço de Assistência Jurídica I, II, III, IV Trabalho de Graduação
SILVIA REGINA FERREIRA POMPEO ARAÚJO	Mestre em Linguística Aplicada-UNITAU	I	Língua Portuguesa: Leitura e Produção de Textos
TUANY PEREIRA CUSTÓDIO	Mestre em Direito - Faculdade de Direito do Sul de Minas Graduação em Ciências Jurídicas	I	Direito Processual Civil I,III Trabalho de Graduação
VAGNER PASKEWICKS	Mestre em Direito - Centro Universitário FIEO Graduação em Direito	I	Diretor do Departamento



Classificação da Titulação segundo a Deliberação CEE 145/2016

Titulação	Quantidade	%
Graduado	01	2,0
Especialista	09	17,64
Mestre	32	62,74
Doutor	09	17,6
Total	51	100,0

São 02 professores com Pós-Doutorado.

O Corpo Docente do Curso apresenta 01 professor com titulação máxima de Graduação, **não observando o disposto na Deliberação CEE 145/2016**, que prevê:

“Art. 1º Estão autorizados a exercer a docência nos cursos superiores, os docentes que alternativamente:

I - forem portadores de diploma de pós-graduação stricto sensu, obtidos em programas reconhecidos ou recomendados na forma da lei.

II – forem portadores de certificado de especialização em nível de pós graduação, na área da disciplina que pretendem lecionar. (gg.nn)

Art. 2º Nos processos de credenciamento e recredenciamento institucionais, os percentuais mínimos de docentes previstos no inciso I do artigo 1º são:

II - para os centros universitários: metade (1/2) do total de docentes da Instituição composto por mestres/doutores com, pelo menos, um quarto (1/4) do total de docentes da instituição com o título de doutor;

Art. 3º Os percentuais de docentes estabelecidos no artigo 2º desta Deliberação deverão ser aplicados a cada curso mantido pela Instituição, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo.”

Corpo Técnico Disponível para o Curso – fls. 13

Tipo	Quantidade
Secretaria	7
Biblioteca	5
Laboratório de Informática	2
Núcleo de Prática Jurídica	3
Escritório de Assistência Jurídica	

Demanda do Curso nos Últimos Processos Seletivos – fls. 13

Semestre	Vagas		Candidatos		Relação candidato/vaga	
	Manhã	Noite	Manhã	Noite	Manhã	Noite
2018/1-V	120	250	134	324	1,12	1,30
2018/2-V2	40	40	12	45	0,30	1,30
2018/1	50	50	52	73	1,04	1,46
2019/1 -V	120	250	121	206	1,01	0,82
2019-V Ag	120	250	12	41	0,10	0,16
2019/2	50	50	20	11	0,40	0,22
2019/2V Ag	50	50	1	0	0,02	0
2020/1	120	250	87	147	0,73	0,59
2020/1- Ag	120	250	11	24	0,09	0,10
2020/1	50	50	15	13	0,30	0,26
2021/1-V	120	250	41	30	0,34	0,12
2021/1-V-Ag	120	250	70	77	0,58	0,31
2021/2 Ag	50	50	36	52	0,72	1,04
2021/2	50	50	6	3	0,12	0,06

Demonstrativo de Alunos Matriculados e Formados no Curso - fls. 14

Semestre	Matriculados						Egressos	
	Ingressantes		Demais séries		Total		Manhã	Noite
	Manhã	Noite	Manhã	Noite	Manhã	Noite		
2018/1	88	200	389	802	477	1002	16	25
2018/2	23	43	415	923	438	966	65	103
201/1	74	114	357	816	431	930	11	23
2019/2	0	0	408	849	408	849	67	101
2020/1	85	79	298	696	383	775	3	26
2020/2	5	3	347	706	352	709	66	127
2021/1	60	49	260	605	320	654	0	51
2021/2	26	62	298	543	324	605	55	126



A IES apresentou três matrizes curriculares, entretanto, transcrevemos somente duas, pois a Matriz Curricular aprovada pela Deliberação CONSEP 166/2015 (fls.14), já foi objeto de análise pelo Parecer que renovou o Curso em 2019.

Matriz Curricular aprovada pela Deliberação CONSEP 263/2021 - fls. 15
(para os ingressantes a partir de janeiro de 2020)
 Integralização mínimo de 10 semestres e máximo de 15 semestres

Disciplinas	CH semanal- H/A	
1º Período		
Antropologia Jurídica	40	
Direito e Sociedade	40	
Economia Política	40	
Filosofia do Direito	40	
Ética	40	
História do Direito e do Direito Romano	40	
Língua Portuguesa: Leitura e Produção de Textos	80	
Psicologia Aplicada ao Direito	40	
Sociologia Jurídica	40	
Total	400	
2º Período		
Ciência Política	40	
Direito Civil I	80	
Direito Constitucional I	80	
Direito Penal I	80	
Políticas Públicas	40	
Teoria Geral do Direito	80	
Total	400	
3º Período		
Direito Civil II	40	
Direito Constitucional II	80	
Direito Empresarial I	80	
Direito Penal II	40	
Direito Processual Civil I	80	
Direito Processual Penal I	80	
Total	400	
4º Período		
Direito Civil III	80	
Direito Constitucional III	40	
Direito Empresarial II	40	
Direito Penal III	80	
Direito Processual Civil II	80	
Direito Processual Penal II	80	
Total	400	
5º Período		
Direito Administrativo I	80	
Direito Civil IV	40	
Direito do Trabalho I	40	
Direito Empresarial III	40	
Direito Penal IV	40	
Direito Processual Civil III	80	
Direito Processual Penal III	80	
Total	400	
6º Período		
Direito Administrativo II	80	
Direito Civil V	80	
Direito do Trabalho II	40	
Direito Empresarial IV	40	
Direito Penal V	40	
Direito Processual Civil IV	80	
Direito Processual Penal IV	40	
Total	400	
7º Período		Estágio -CH
Direito Digital	40	
Direito Civil VI	80	



CEESP/PIC202300074



Direito do Trabalho III	40	
Direito Eleitoral	40	
Direito Penal VI	40	
Direito Processual Civil V	80	
Direito Financeiro e Tributário I	80	
Laboratório Jurídico I		30
Serviço de Assistência Jurídica I		60
Total	400	90
8º Período		
Direito Civil VII	80	
Direito Penal VII	80	
Direito Processual Civil VI	40	
Direito Processual do Trabalho	40	
Direito Financeiro e Tributário II	80	
Ética Aplicada ao Direito	40	
Metodologia e Técnica de Pesquisa Jurídica	40	
Laboratório Jurídico II		30
Serviço de Assistência Jurídica II		60
Total	400	90
9º Período		
Direito Civil VIII	40	
Direito da Seguridade Social I	40	
Direito do Consumidor	40	
Direito e Mercado	40	
Direito Internacional I	40	
Negociação, Mediação e Arbitragem	40	
Laboratório Jurídico III		30
Serviço de Assistência Jurídica III		60
Total	240	90
10º Período		
Direito Ambiental	40	
Direito Civil IX	40	
Direito da Seguridade Social II	40	
Direito Internacional II	40	
Direitos Humanos	40	
Medicina Forense	40	
Laboratório Jurídico IV		30
Serviço de Assistência Jurídica IV		60
Total	240	90

Resumo da Carga Horária

	CH (50 min)	CH (60 min)
Aulas	3680	3067
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)		200
Estágio Supervisionado		360
Trabalho de Graduação (TG)		120
Carga Horária Total		3747

Matriz curricular do curso aprovada pela Deliberação CONSEP nº 264/2021 – fls. 21
(Para os ingressantes a partir de agosto de 2020)
 Integralização mínimo de 20 semestres e máximo de 15 semestres

Disciplinas	CH semanal- H/A	
1º Período		
Ciência Política	40	
Direito Civil I	80	
Direito Constitucional I	80	
Direito Penal I	80	
Políticas Públicas	40	
Teoria Geral do Direito	80	
Total	400	
2º Período		
Direito Civil II	40	
Direito Constitucional II	80	
Direito Empresarial I	80	
Direito Penal II	40	



Direito Processual Civil I	80	
Direito Processual Penal I	80	
Total	400	
3º Período		
Direito Civil III	80	
Direito Constitucional III	40	
Direito Empresarial II	40	
Direito Penal III	80	
Direito Processual Civil II	80	
Direito Processual Penal II	80	
Total	400	
4º Período		
Direito Administrativo I	80	
Direito Civil IV	40	
Direito do Trabalho I	40	
Direito Empresarial III	40	
Direito Penal IV	40	
Direito Processual Civil III	80	
Direito Processual Penal III	80	
Total	400	
5º Período		
Direito Administrativo II	80	
Direito Civil V	80	
Direito do Trabalho II	40	
Direito Empresarial IV	40	
Direito Penal V	40	
Direito Processual Civil IV	80	
Direito Processual Penal IV	40	
Total	400	
6º Período		Estágio - CH
Direito Digital	40	
Direito Civil VI	80	
Direito do Trabalho III	40	
Direito Eleitoral	40	
Direito Penal VI	40	
Direito Processual Civil V	80	
Direito Financeiro e Tributário I	80	
Laboratório Jurídico I		30
Serviço de Assistência Jurídica I		60
Total	400	90
7º Período		
Direito Civil VII	80	
Direito Penal VII	80	
Direito Processual Civil VI	40	
Direito Processual do Trabalho	40	
Direito Financeiro e Tributário I	80	
Ética Aplicada ao Direito	40	
Metodologia e Técnica de Pesquisa Jurídica	40	
Laboratório Jurídico II		30
Serviço de Assistência Jurídica II		60
Total	400	90
8º Período		
Direito Civil VIII	40	
Direitos da Seguridade Social I	40	
Direito do Consumidor	40	
Direito e Mercado	40	
Direito Internacional I	40	
Negociação, Mediação e Arbitragem	40	
Laboratório Jurídico III		30
Serviço de Assistência Jurídica III		60
Total	240	90
9º Período		
Direito Ambiental	40	
Direito Civil IX	40	
Direitos da Seguridade Social II	40	



Direito Internacional II	40	
Direitos Humanos	40	
Medicina Forense	40	
Laboratório Jurídico III		30
Serviço de Assistência Jurídica III		60
Total	240	90
10º Período		
Antropologia Jurídica	40	
Direito e Sociedade	40	
Economia Política	40	
Filosofia do Direito	40	
Ética	40	
Histórica do Direito e do Direito Romano	40	
Língua Portuguesa: Leitura e Produção de Textos	80	
Psicologia Aplicada ao Direito	40	
Sociologia Jurídica	40	
Total	400	

Resumo da Carga Horária

	CH (50 min)	CH (60 min)
Aulas	3680	3067
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)		200
Estágio Supervisionado		360
Trabalho de Graduação (TG)		120
Carga Horária Total		3747

A matriz curricular do Curso atende à:

- Resolução CNE/CES 02/2007, que prevê 3.700 horas para o Curso de Direito;
- Resolução CNE/CES 03/2007, que dispõe sobre o conceito de hora-aula.

Da Comissão de Especialistas - fls. 372/395

Após análise dos documentos e visita à Instituição realizada no dia 02/09/2022, a Comissão de Especialistas apresentou o Relatório que transcrevemos a seguir:

“Esta comissão de especialistas destaca, de início, a boa receptividade e cordialidade demonstrada pelo corpo diretivo e pelos funcionários. Todos os documentos solicitados, bem como a realização das reuniões sugeridas, foram amplamente atendidos pela IES. Deixamos nosso agradecimento pela colaboração na realização do nosso trabalho. Cumpre salientar que na reunião inicial fomos recebidos pelos Professores Wagner Paskewicks (Diretor), Daniel Gomes de Freitas (Coordenador AACC– Atividades Complementares), Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso (Coordenador do Laboratório Jurídico), José Rodrigo Varzea Cursino (Coordenador do EAD), Ricardo Mrad (Coordenador dos Trabalhos de Graduação), Rodrigo Ribas Branco Romeiro(Ex-Diretor) que nos apresentaram a Instituição bem como, o trabalho que lá vem sendo desenvolvido no Curso de Direito da Universidade de Taubaté –UNITAU em um progresso constante e empenho de todos os envolvidos na IES, na medida que é muito importante para a cidade de Taubaté e região. Por oportuno, com base na visita presencial realizada, avaliação das instalações, avaliações dos documentos fornecidos pela IES, bem como nas entrevistas realizadas passamos a tecer nossa apreciação.”

Contextualização do Curso, do Compromisso Social e da Justificativa apresentada pela Instituição

“Em conformidade com a visita realizada in loco constatamos nos documentos apresentados (PPC 2022 pgs. 19 a 57) bem como nas entrevistas realizadas com os docentes e corpo diretivo que a contextualização do curso está sendo cumprida à risca com qualidade, honrando sua história, na medida que é o Curso de Direito da UNITAU, um dos mais antigos do Estado de São Paulo tendo como marca tradição e qualidade. O curso funciona desde 1959 e foi incorporado à Universidade de Taubaté em 1976 e deu origem ao atual Departamento de Ciências Jurídicas da Instituição e formou sua primeira turma de bacharéis em 1963.

(...)

Compromisso Social da UNITAU no ensino de qualidade permanece conforme as reuniões realizadas com os docentes, Coordenadores (Escritório de Assistência Jurídica, Trabalhos de Graduação, Laboratório Jurídico, Atividades Complementares) e Direção. A Universidade de Taubaté com quase 60 anos de ensino formou gerações de profissionais da área jurídica comprometida com a ética e a justiça social, cumprindo salientar por oportuno, que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que conta com 360 desembargadores e 2000 juizes de Direito sempre teve entre os seus integrantes inúmeros magistrados formados na Universidade de Taubaté - UNITAU.



A Universidade de Taubaté no seu site se apresenta como a maior Universidade Municipal do Brasil e que tem o compromisso de oferecer ensino de qualidade, e tanto seus docentes, como discentes e funcionários entrevistados confirmam essa frase. Atualmente a Universidade de Taubaté conta com aproximadamente 10 mil alunos e tem como lema: "o oferecer ensino de qualidade garantido por uma elite de professores e por uma ampla infraestrutura, composta por 99 laboratórios, um acervo bibliográfico com mais de 240 mil exemplares, além de 53 grupos de pesquisa nas áreas de Humanas, de Biociências e de Exatas."

A Justificativa e importância do Curso para Taubaté e região se apresenta no compromisso do corpo diretivo, docentes, funcionários com a qualidade retratada inclusive no próprio PPC da IES (pgs. 6 e seguintes) na medida que externa a Gestão Acadêmica, Núcleo Docente Estruturante, Coordenações (Trabalho de Graduação, Pedagógico, Atividades Acadêmicos-Científico-Culturais, Assistência Jurídica, Núcleo de Prática Jurídica).

A Infraestrutura do Departamento com Laboratório de Prática Jurídica, Laboratório de Informática, Biblioteca com produtos e serviços de qualidade (Consulta local, treinamento no uso de bases de dados, treinamento de utilização dos serviços SIBi, Normalização de trabalhos científicos, levantamento bibliográficos, Terminais de consulta ao acervo- Sistema Sophia, Pesquisa bibliográfica via e-mails, visitas monitoradas, empréstimo entre bibliotecas, comutação bibliográfica e convênios e parcerias com instituições de pesquisa (CAPES, FAPESP, ITA/CTA, entre outros) são de excelente qualidade.

As instalações da IES são de qualidade onde pontuamos desde o Auditório (220m² com capacidade para 320 lugares), sala de Multimídias, recursos de apoio didático-pedagógico (que os docentes podem utilizar em sala de aula vão desde computadores com DVD, filmadoras com recursos que possibilitam a transmissão simultânea para três salas, microfones (com fio e sem fio), projetor multimídia, wireless, notebooks até televisão.

Em relação ao material didático e equipamentos destacamos (5 projetores de multimídia Sony, 1 projetor de multimídia Legend (lightware), 3 projetores de multimídia Acer, 3 Epson e 01 aparelho de som AIWA. Em relação ao corpo docente temos 51 professores, sendo 9 Doutores, 31 Mestres e 10 Especialistas.

Esclarece-se que após consulta realizada na Plataforma Lattes, verificou-se que um docente com titulação Especialista apresentou titulação de Mestre, passando o corpo docente se constituído por 01 graduado, 09 especialistas, 32 mestres e 09 doutores.

A Estrutura Administrativa e de apoio acadêmico envolve a Secretaria com 7 funcionários, Núcleo de Prática Jurídica e Escritório de Assistência Jurídica 3 funcionários, no Laboratório de Informática 2 técnicos e na Biblioteca 5 funcionários.

No rol de pessoas de apoio há cinco funcionários atuantes por empresas terceirizadas nas áreas de segurança e de limpeza.

Nesta medida, pela qualidade da estrutura das instalações, funcionários, docentes, Coordenação e Direção constatamos um grupo de alta qualidade e comprometimento profissional que justifica a razão da qualidade da própria Instituição."

Objetivos Gerais e Específicos

Segundo os Especialistas os objetivos do Curso estão adequados para formar graduados capazes de atuar segundo as competências esperadas.

Currículo, Ementário, Bibliografia

"Conforme visita realizada in loco avaliamos o Currículo pleno oferecido, com Ementário e Sequência das disciplinas/ atividades bem como bibliografias básicas e complementares que efetivamente explicitam a adequação da organização pedagógica ao perfil profissional definido no PPC. Cumprindo salientar que as atas de reuniões (Colegiado e Núcleo Docente Estruturante) que demonstram total preocupação com a temática e com a atualização sistêmica que se faz indispensável seja no período antes pandemia Covid-19, seja no período da pandemia Covid-19. Por oportuno, cumpre destacar, o comprometimento de todos, Direção, Coordenação, docentes e funcionários no período tão crítico da pandemia Covid-19, empenho este elogiado por todos os discentes que entrevistamos bem como, egressos que continuam frequentando a Universidade e suas dependências.

Com a visita presencial realizada a Universidade de Taubaté-Curso de Direito, encontramos nos documentos apresentados evidências que demonstram que a carga horária do curso, distribuição de disciplinas, carga horária atende as legislações vigentes, inclusive quanto ao tempo de integralização mínimo e máximo do curso.

O Currículo pleno oferecido está em conformidade com as últimas Diretrizes Curriculares Nacionais conforme segue:

I- Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018 e suas atualizações e demais legislações pertinentes. Alteração (ata Reunião Colegiado 07/08/2020 e ata de Reunião de consulta – Adesão Matriz curricular 2021. Acréscimo das disciplinas direitos Humanos, Direito Digital, Direito Agrário, EMAJ – Escritório Modelo de Assistência Jurídica, Formas Consensuais de Resolução de Conflitos e Direito Eleitoral);

I- Carga Horária Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007;

. Introdução à Libras (pode ser disciplina optativa) Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005;



- . objetivos do curso e o perfil do egresso (arts. 3o. 4o. das DCN);
- . estágio supervisionado (440 horas) (art. 6. e 13 das DCN);
- . atividades complementares (200 horas) estudos e práticas independentes presenciais e/ou à distância; (art. 8 e 13 da DCN);
- TCC (art. 2o e 11 das DCN) (orientação docente);
- II- Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena) (atende ao conteúdo via disciplina (normalmente é mais de uma, além dos eventos sobre a temática);
- III - Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002) (contemplada em Direito Ambiental I e II e Direito Agrário)
- IV - Resolução CNE Nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos com atividades previstas em todo curso (Direitos Humanos)
- V- Atividades curriculares de extensão de acordo com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 estão presentes no transcurso dos semestres letivos do curso de Direito (em conformidade com o Relatório de Atividades de Extensão realizado e registrado por semestre). “

Matriz Curricular

“O curso de Direito conta atualmente com 03 (três) matrizes curriculares em andamento. Essas matrizes curriculares estão regulamentadas pelas Deliberações CONSEP Nºs 166/2015; 263/2021 e 264/2021.

A Deliberação CONSEP Nº 263/221 passa a ser utilizada para os alunos ingressantes a partir de janeiro de 2020.

A Deliberação CONSEP Nº 264/221 passa a ser utilizada para os alunos ingressantes a partir de agosto de 2020.”

Os Especialistas transcreveram as três matrizes mencionadas.

“As Matrizes Curriculares efetivamente implantadas ao longo do período (Deliberação CONSEP 166/2015, 263/2021 e 264/2021) estão alinhadas cada uma em sua época/legislação as competências esperadas (PPC 2022) para atingir o perfil do egresso descrito nas DCNs, utilizando-se as metodologias pertinentes e de transposição do conhecimento para situações reais da vida profissional como podemos observar, nas entrevistas com os docentes, discentes e Coordenação com a implementação de recursos tecnológicos e contextualizações abertas e fechadas levando a um ritmo de ensino aprendizagem de avanço associando teoria à prática com aplicação direta de conhecimentos para situações reais da vida profissional.”

Metodologias de Aprendizagem

“Em conformidade com o PPC do Curso de Direito da UNITAU-2022, entrevista com membros do NDE, docentes e as diversas Coordenações e Direção do Curso de Direito identificamos evidências, confirmadas pela diversos relatórios (de atividades, síntese, adequações do PPC – Pandemia Covid 19 e atas de NDE e Colegiado) de utilização de Metodologias de Aprendizagem centradas no estudante, objetivando a autonomia do aprendiz e o desenvolvimento do perfil crítico, reflexivo e sensível trabalhando direitos humanos em várias faces. As atividades estão previstas com experiências de aprendizagem diversificadas em vários cenários que incluem pequenos e grandes grupos, ambientes simulados, laboratórios com atividades desenvolvidas com responsabilidade de autonomia crescente desde o início da graduação.”

Estágio Supervisionado

“De acordo com as normas que regulamentam o funcionamento dos cursos jurídicos no Brasil, em particular a Portaria nº 1.886 de 10/12/1994 do MEC – Ministério da Educação e Desporto, e da Instrução Normativa nº 3, de 5.12.1997, da Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da OAB, a Prática Jurídica é atividade obrigatória e indispensável a consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando e integrante do currículo dos cursos de Direito. As práticas jurídicas incluem atividades simuladas e reais e estágios supervisionados, os quais são regulamentados pelo Núcleo Docente Estruturante do curso, com um mínimo de 440 horas de atividades práticas simuladas e reais desenvolvidas pelos alunos sob controle e orientação do núcleo correspondente.

No UNITAU, essas atividades estão organizadas nas disciplinas que integram o Laboratório de Prática Jurídica (Prática de Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito Processual do Trabalho), além do EMAJ (escritório modelo de assistência jurídica), perfazendo um total de 440 horas/aula, e que são ministradas nas instalações do NPJ – Núcleo de Prática Jurídica, localizado no prédio situado na Rua Oito nº 854, onde também se encontra instalado o Juizado Especial Cível (Unidade Avançada do Judiciário) e CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania), conforme convênio celebrado com o Tribunal de Justiça de São Paulo, além de atividades externas específicas, devidamente supervisionadas (Processo de Triagem da OAB, visitas supervisionadas e acompanhamentos em audiências).

O Estágio Curricular Supervisionado tem como objetivo a aplicação de todo o conteúdo teórico-prático, com a utilização de conciliação, mediação e arbitragem, utilizando, em último caso, as medidas legais cabíveis, deverá propiciar ao estagiário uma interpretação jurídica melhor contextualizada, em relação aos conflitos de interesses entre os entes da sociedade, por meio da prática jurídica simulada e real.

Os projetos alternativos de estágio funcionam sob a forma de atividades de pesquisa e extensão e possuem necessariamente um Professor responsável.”



Trabalho de Conclusão de Curso

“O Trabalho de Conclusão de Curso é um componente curricular obrigatório na Instituição, implementado conforme as recomendações das Diretrizes Curriculares específicas, salientado em forma de Artigo Científico, apresentado de acordo com as normas metodológicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e as instruções constantes do Manual para normatização para Trabalhos científicos e Acadêmicos do UNITAU, onde se prova as regras e critérios para a elaboração, orientação, avaliação e divulgação. Conta com regulamentação, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação e de orientação definidos e adequadamente divulgados conforme constatamos na visita presencial in loco com a entrevista com a Coordenação e análise da pasta de Trabalhos de Conclusão de Curso.”

Funcionamento do Curso, Formas de Acompanhamento dos Egressos

Este item consta do Relatório Síntese às fls. 06.

Sistema de Avaliação do Curso

“O projeto pedagógico do curso é definido como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da instituição, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, que não é descritiva, mas constitutiva.”

Atividades Relevantes

“A Instituição enriquece de inúmeras atividades didáticas de suma importância para fins evolutivos no processo formativo do egresso, sendo executadas modalidades de seminários, exposições, monitorias, participações e colaboração em projetos de ensino, eventos científicos, artísticos e cultural, pesquisa e extensão, visitas a outras instituições para fins de trocas de experiências entre alunos em formação, e outras atividades multidisciplinar que agregam o enriquecimento curricular. Para o Acompanhamento do Egresso, salienta-se que a IES auxilia nas publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais, estimulando também os egressos com atualizações a respeito da continuidade acadêmica ou mesmo da inserção profissional, o que evidencia uma prática de melhoria às condições sociais da comunidade externa e às demandas de sociedade e trabalho.”

Avaliações Institucionais e Outras Avaliações

“De suma relevância numa boa gestão para uma Instituição, há de se atentar nas avaliações, sendo apresentada a Comissão Permanente de Avaliação, na qual participaram membros compostos, corroborando na constância e expressividade satisfatória das reuniões, como também na circunjunção da comunidade em geral.

Vários fatores decorridos de resultados das avaliações contribuíram para a adoção de medidas sucessivas em melhorias estruturais, acadêmicas, ofertando acesso as informações concernentes dos resultados avaliativos, divulgação dos cursos e de pesquisas, transparência nos recursos, acessibilidade e ouvidoria.”

Docentes Coordenador

“Em relação ao perfil dos Docentes, Coordenador do Curso considerando a titulação (Graduação e Pós-graduação) todos estão adequados e motivados demonstrando constante atualização, conforme análise do curriculum lattes e entrevistas realizadas. O regime de trabalho dos docentes está adequado bem como as disciplinas nas quais participam e estão sob sua responsabilidade, cumprindo destacar por oportuno, as evidências de aderências as referidas disciplinas, seja na verificação do curriculum lattes de cada docente, como nas entrevistas realizadas, como também no relatório síntese apresentado pela IES.”

Plano de Carreira

Os Especialistas verificaram que a Universidade possui o Plano de Carreira e que os professores que compõem o corpo docente da Instituição foram admitidos por meio de Concursos Públicos.

Núcleo Docente Estruturante (NDE) ou estrutura similar e Colegiado do Curso

“A composição e participação do Núcleo Docente Estruturante é efetiva, integradora e atualizada, conforme constatamos nas atas do NDE apresentadas, tendo ações de Excelência nas ações, em conformidade com a legislação vigente e realidade apresentada (Covid-19). A composição do NDE está adequada e demonstra harmonia e integração com o colegiado, docentes, discentes e funcionários, conforme percebemos claramente, nas diversas reuniões realizadas. Cumpre salientar que, a referida harmonização e integração, foi constatada nas diversas atas apresentadas(docentes) e representação discente, bem como demais documentos apresentados pela IES, estando assim, toda a estrutura de colegiado do curso implantada e atendendo plenamente as expectativas correlatas.”

Destaca-se que não há norma editada por este Conselho sobre o NDE.

Infraestrutura Física, dos Recursos e do acesso a Redes de Informação (Internet e Wi-fi)

“A infraestrutura atende as necessidades institucionais quanto as salas de aulas e auditório climatizados, biblioteca (infraestrutura, serviços e informação, plano de atualização do acervo), salas de informática,



recursos de tecnologia da informação e comunicação, espaços de convivência dos alunos e serviços de alimentação. Atende muito bem as instalações administrativas, salas e gabinetes dos coordenadores, laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, estando, portanto, pertinente ao número de vagas disponíveis.”

Biblioteca

“A Biblioteca universitária constitui suporte básico para que a Instituição de Ensino Superior possa atingir seus objetivos: ensino, pesquisa e extensão. Em conformidade com o PPC(2022) temos:

O SIBi (Sistema Integrado de Bibliotecas) da Universidade foi criado pela Deliberação CONSUNI nº 28/01 e é hierarquicamente subordinado à Pró-Reitoria de Extensão, prestando atendimento e demais serviços bibliográficos a toda comunidade acadêmica da Universidade (alunos de ensino fundamental e médio, graduação, pós-graduação, pesquisadores, professores e funcionários) e oferece serviços de consulta à comunidade externa. A partir do Cartão Pessoal do SIBi, o aluno tem à disposição o acervo das 16 bibliotecas setoriais do SIBi, podendo realizar consulta local e/ou via internet.

A Biblioteca funciona em sistema de acervo aberto ao público, onde o usuário consulta o acervo pessoalmente. O acervo é disposto conforme sistema de classificação CDU e encontra-se informatizado. As aquisições de obras são divulgadas por meio de listagem afixada em quadro próprio de aviso.

A Coordenadoria do SIBi exerce a articulação das 16 unidades do Sistema e gerencia diretamente o Setor de Obras Raras, o Setor de Reencadernação e o Centro Especial de Apoio Bibliográfico, o qual está equipado com recursos que atendem aos deficientes visuais. Entre suas atribuições estão atividades administrativas e técnicas que visam ao bom funcionamento de todo Sistema e é responsável pela divulgação interna e externa do SIBi.”

Funcionários Administrativos

“A IES possui número de funcionários com formação adequada aos setores que estão alocados, ou seja, desde biblioteca até os postos de apoio aos docentes e atendimento de alunos.”

Manifestação Final dos Especialistas

“Esta comissão de especialistas, diante de todos os documentos analisados e após as entrevistas realizadas na visita presencial com o corpo diretivo, funcionários, docentes, discentes e egressos, declara ser:

FAVORAVEL

Á renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Direito da Universidade de Taubaté – UNITAU.”

Considerações Finais

Muito embora os Especialistas tenham se manifestado **FAVORÁVEIS** a Renovação, **sem qualquer ressalva**, este Relator entende por apresentar as seguintes **Recomendações** a saber:

a) com efeito, constata-se que os cursos, oferecidos no período diurno, não tem obtido êxito com a formação de turmas pretendida e, isso, **de forma recorrente**.

Assim, **recomenda-se** que a Instituição proceda com uma análise mais profunda, no sentido de avaliar a conveniência da manutenção dessas vagas, repita-se, oferecidas em período diurno.

b) em igual sentido, restou demonstrado que o Curso de Direito deixou de observar e atender à norma contida nos artigos 1 a 3, da **Deliberação CEE 145/2016**, uma vez que mantém em seus quadros de docentes professor com titulação máxima de graduação.

Assim, não como deixar de apontar esse fato, alertando quanto à “irregularidade” em destaque (descumprimento da NORMA), para que, então, essa irregularidade seja corrigida na forma e para os fins e efeitos de direito, de modo evitar maiores transtornos por ocasião do próximo ciclo avaliativo.



2. CONCLUSÃO

2.1 Aprova-se, com fundamento na Deliberação CEE 171/2019, o pedido de Renovação do Reconhecimento do Curso de Direito, da Universidade de Taubaté, pelo prazo de quatro anos.

2.2 A Instituição deverá observar as recomendações constantes nas Considerações Finais.

2.3 A IES deverá atender à Resolução CNE/CES 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

2.4 A presente renovação do reconhecimento tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação.

São Paulo, 03 fevereiro de 2023.

a) Cons. Cláudio Mansur Salomão
Relator

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros Cláudio Mansur Salomão, Décio Lencioni Machado, Eduardo Augusto Vella Gonçalves, Eliana Martorano Amaral, Hubert Alquéres, Iraíde Marques de Freitas Barreiro, Maria Alice Carraturi Pereira, Pollyana Fátima Gama Santos e Rose Neubauer.

Sala da Câmara de Educação Superior, 08 de fevereiro de 2023.

a) Cons^a Eliana Martorano Amaral
Presidente da Câmara de Educação Superior

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO toma conhecimento, da decisão da Câmara de Educação Superior, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 15 de fevereiro de 2023.

Cons. Roque Theophilo Júnior
Presidente

PARECER CEE 52/2023	-	Publicado no DOE em 16/02/2023	-	Seção I	-	Página 29
Res. Seduc de 28/02/2023	-	Publicada no DOE em 01/03/2023	-	Seção I	-	Página 101
Portaria CEE-GP 116/2023	-	Publicada no DOE em 02/03/2023	-	Seção I	-	Página 32

